



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2021

De um lado o **Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Chapecó e Região** neste ato representado por seu presidente Sr. Fabio Ramos Nunes Fernandes e **Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina**, neste ato representada por sua Presidente Maria Salete Cross, devidamente autorizados em Assembleia Geral Extraordinária de seus associados e demais membros da Categoria Profissional, na forma de seu Estatuto, ambos com base territorial nos municípios de *Chapecó, Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Alto da Bela Vista, Anchieta, Arabitã, Arvoredo, Bom Jesus do Oeste, Bandeirantes, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Descanso, Dionísio Cerqueira, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambu, Iporã do Oeste, Ipuacú, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Ita, Itapiranga, Jardinópolis, Jupiá, Lajeado Grande, Lindóia do Sul, Maravilha, Marema, Modelo, Mondai, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palma Sola, Palmitos, Paraíso, Passos Maia, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Princesa, Quilombo, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São João do Oeste, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinho, Tunápolis, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê, Xavantina e Xaxim*, e do outro lado, o **Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde da Região Oeste de Santa Catarina**, que representa a mesma base territorial acima citada, neste ato representado por seu presidente Sr. Silvio Mocelin, e **Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia no Estado de Santa Catarina** neste ato representado por seu presidente Sr. Eduardo Comeli Goulart, e **Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina** neste ato representado por seu presidente Sr. Giovani Nascimento, ambos devidamente autorizados pelas Assembleias da Categoria Patronal.

01. RECOMPOSIÇÃO SALARIAL: A partir de 1º de abril de 2019 os salários dos integrantes da categoria profissional, na área de abrangência das entidades convenentes, serão reajustados pela aplicação do índice correspondente a 4,667%, calculados sobre os salários reajustados na forma da CCT anterior, compensados os adiantamentos legais ou espontaneamente concedido no período.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que a partir de 1º/02/2020, será concedido aos integrantes da categoria profissional aumento real de 0,333%(zero ponto trinta e três por cento), sobre os salários já reajustados, na forma determinada na cláusula anterior.

Parágrafo Segundo: Fica desde já acordado que as partes entabularão nova negociação para definição do reajuste salarial a partir da competência 1.º de abril de 2020, garantindo-se no mínimo a reposição do índice correspondente à variação do INPC do período apurado entre 1.º de Abril de 2019 a 31 de Março de 2020.

49 3905.3000
Rua Mônaco, 2970 / Passo dos Fortes
89805-030 / Chapecó - SC

02. SALÁRIO NORMATIVO: A partir de 1º de abril de 2019, o salário normativo para os integrantes da categoria profissional será de R\$ 1.325,00 (Mil trezentos e vinte e cinco reais).

Parágrafo Único: O salário normativo da categoria, a partir de 1.º de abril de 2020, será reajustado conforme o piso estadual de Santa Catarina, equivalente a R\$ 1.391,00 (Mil trezentos e noventa e um reais) mensais para uma jornada de 44 horas semanais.

03. QUINQUÊNIO: Para cada grupo de cinco anos de serviços prestados ao mesmo empregador, o empregado fará jus mensalmente, ao adicional por tempo de serviço correspondente a 4% (quatro por cento), sobre o seu salário base, limitado o teto de quinquênio a 12 % (doze por cento), independente do tempo de serviço, observado a exceção do parágrafo primeiro deste artigo.

Parágrafo Primeiro: Fica ressalvado o direito de manutenção do percentual ao empregado que já tiver atingido e / ou ultrapassado o percentual de 12% (doze por cento), ficando vedada a possibilidade de redução.

Parágrafo Segundo: Não se aplica a presente cláusula quando existir plano de carreira organizado na empresa, respeitando os percentuais já definidos.

04. PRÊMIO ASSIDUIDADE: Os integrantes da categoria profissional receberão como prêmio assiduidade o equivalente a 2 (dois) dias de seu salário base se não apresentarem faltas (justificadas ou não), este, a ser apurado quando da concessão do gozo de férias, respeitados sempre o período aquisitivo.

Parágrafo Primeiro: Caso o empregado apresente 01 (um) dia de falta (justificada ou não) o prêmio assiduidade será equivalente a 01 (um) dia de seu salário base. No caso de haver 02 (dois) dias ou mais dias de faltas (justificadas ou não) o empregado perderá o direito ao referido prêmio.

Parágrafo Segundo: Os 02 (dois) dias correspondente ao prêmio assiduidade serão concedidos ao empregado em data a ser definida pelo empregador e poderá a critério deste, ser convertido em folga ou pecúnia a ser calculada sobre o seu salário base.

05. ADICIONAL NOTURNO: Os empregados que prestarem serviços no período compreendido entre 21h00min (vinte e uma) horas e 07h00min (sete) horas, receberão percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o seu salário base, calculadas sobre as horas efetivamente laboradas nesse período, garantindo-se condição mais benéfica ao trabalhador, aplicada anteriormente a vigência da presente CCT.

06. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: A partir do dia 1º de abril de 2020, as empresas pagarão a seus empregados que trabalham em local insalubres os respectivos adicionais de insalubridade, em conformidade com os graus e riscos, de acordo com parâmetros legais apurados através do LTCAT.

Parágrafo Primeiro: A estipulação do adicional de insalubridade de acordo com os parâmetros apurados através do LTCAT atende ao disposto nos artigos 192 e 200, inciso VI, da CLT.

Parágrafo Segundo: A adoção dos riscos e graus de insalubridade apurados pelo LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho) fica condicionada ao protocolo prévio de cópia do LTCAT e do PPRA junto ao sindicato profissional, valendo a partir da competência seguinte ao mês de protocolo, sendo que as empresas que não efetuarem o protocolo permanecerão pagando o adicional de insalubridade de acordo com as regras anteriormente previstas.

Parágrafo Terceiro: O LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho) deverá ser elaborado a partir do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) previsto na NR-9 e atender ao disposto nos artigos 58, § 1.º, e 247, da Lei n.º 8.213/1991, e nos artigos 247 e 248 da Instrução Normativa n.º 45 do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Parágrafo Quarto: Na elaboração do LTCAT deverão ser analisados os trabalhos/operações realizados em cada um dos setores das empresas e consideradas as situações geradoras dos diferentes graus de insalubridade, conforme constante do Anexo 14 da NR-15.

07. MORA SALARIAL: Em caso de mora salarial causada pelo empregador, este arcará com multa de 2% (dois por cento) ao mês, calculado sobre o débito, contados a partir do prazo limitado por lei, em favor do prejudicado.

08. PENALIDADES: Pelo descumprimento por parte das empresas, de quaisquer das cláusulas deste acordo, fica estabelecido uma penalidade de 5% (cinco por cento), do salário normativo, por infração e por empregado, em favor da parte prejudicada.

09. JORNADA EXTRAORDINÁRIA: Nas horas extraordinárias prestadas, que não compensadas, serão acrescidas os seguintes percentuais:

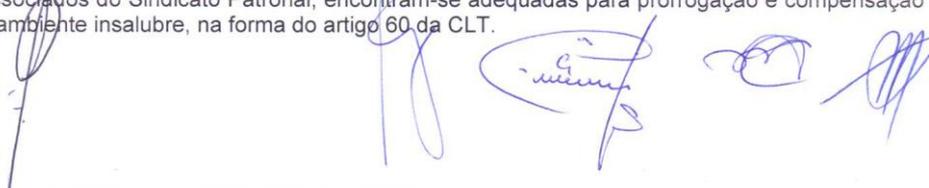
- a) Até 40 (quarenta) horas aplicar-se-á o percentual de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal;
- b) Além das 40 (quarenta) horas aplicar-se-á o percentual de 80% (oitenta por cento) sobre a hora normal;
- c) Às horas prestadas em feriados aplicar-se-á o percentual de 100% (cem por cento) sobre a hora normal, excetuada a jornada especial prevista na cláusula 10, "a", denominada 12x36, cujas horas serão consideradas compensadas, conforme previsão do parágrafo único do art. 59-A da CLT, acrescentado pela Lei n.º 13.467/2017.

10. JORNADA DE TRABALHO EM REGIME ESPECIAL: Caso o empregador seja filiado e associado ao sindicato patronal, os empregados abrangidos pelo presente instrumento coletivo poderão sujeitar-se as seguintes jornadas especiais:

- a) 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) de descanso;
- b) 5 (cinco) dias de (6) seis horas e (1) um dia de 12 (doze) horas, sendo que a primeira folga semanal recaia no sábado e a segunda folga no domingo, assim sucessivamente, com intervalo de 07 (sete) dias entre os descansos semanais a cada duas semanas, sem que isso implique violação ao artigo 7º, XV da Constituição Federal;
- c) 5 (cinco) dias de 8(oito) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos de trabalho, de segunda a sexta feira;
- d) 5 (cinco) dias de 8 (oito) horas de segunda a sexta feira e 4 (quatro) horas de trabalho nos sábados e ou domingos;
- e) Os demais regimes de interesse mútuo de jornada especial entre a empresa e os empregados deverão ser homologados pelo sindicato profissional.

Parágrafo Primeiro: São consideradas empresas filiadas e associadas ao patronal e, portanto, autorizadas a adoção das jornadas de trabalho especiais acima elencadas, os estabelecimentos de serviços de saúde que comprovarem o recolhimentos das contribuições para manutenção do sistema sindical e confederativo da categoria econômica, conforme previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Segundo: As jornadas aqui pactuadas, quando desenvolvidas no âmbito dos filiados e associados do Sindicato Patronal, encontram-se adequadas para prorrogação e compensação em ambiente insalubre, na forma do artigo 60 da CLT.



11. FOLHA COMPLEMENTAR: Caso haja diferença em folha de pagamento, deverão as empresas pagar tal diferença em folha complementar no prazo de 5 (cinco) dias.

12. ADIANTAMENTO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO: Os empregadores pagarão o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, juntamente com o pagamento das férias, desde que comunicado até o dia 30 de janeiro de cada ano.

13. COMPROVANTE DE PAGAMENTO: Os empregadores fornecerão aos seus empregados discriminativos das parcelas salariais pagas e das respectivas deduções, assim como da contribuição para o FGTS com a identificação das empresas.

14. PAGAMENTO DE SALÁRIOS COM CHEQUE: Se os pagamentos dos salários forem efetuados com cheque, as empresas darão aos empregados, o tempo necessário para o desconto no mesmo dia, caso o pagamento ocorrer antes do quinto dia útil, não há necessidade de liberação.

15. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO: As vestimentas, calçados, uniformes já confeccionados e os equipamentos de proteção individual, quando exigidos por lei/ ou pelos empregadores deverão ser por estes fornecidos gratuitamente e regularmente.

16. QUEBRA E/OU DANIFICAÇÃO DE MATERIAL: O valor correspondente aos materiais ou equipamentos de trabalho danificados no exercício das funções profissionais, não poderá ser descontado dos empregados, salvo quando comprovado o dolo dos mesmos.

17. COMUNICAÇÃO, INÍCIO DAS FÉRIAS: Os empregadores comunicarão aos empregados por escrito, o início das férias com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. As férias não poderão ter início em domingos, feriados, e ou dias de repouso semanal remunerado. Os pagamentos serão efetuados até 02 (dois) dias que antes do início das férias.

18. HORÁRIO ESPECIAL PARA ESTUDANTE: Os empregadores adotarão horários especiais de trabalho para os funcionários estudantes, visando possibilitar seu aperfeiçoamento, com troca de horário de trabalho.

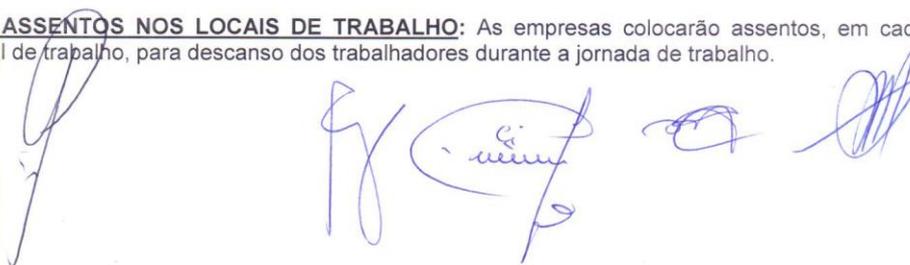
19. ABONO DE FALTAS AO ESTUDANTE: Os empregadores abonarão as faltas dos empregados estudantes nos horários de exames, desde que em estabelecimentos de ensino oficializados ou reconhecidos como tal. Devendo o empregado comunicar o fato a empresa com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação posterior.

20. LOCAL PARA REFEIÇÃO: As empresas deverão dispor de local apropriado para seus empregados realizarem os lanches e/ou refeições.

21. INTERVALO PARA ALIMENTAÇÃO: Fica estabelecido intervalo mínimo de quinze (15) minutos, para lanche em cada jornada de trabalho superior a quatro horas e não excedente a seis (6) horas, contado como efetivo tempo de serviço, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único: Nas jornadas de 12 (doze) horas de trabalho, o intervalo será de 1 (uma) hora, conforme condições de trabalho.

22. ASSENTOS NOS LOCAIS DE TRABALHO: As empresas colocarão assentos, em cada local de trabalho, para descanso dos trabalhadores durante a jornada de trabalho.



23. REUNIÕES: As reuniões de trabalho, quando por solicitação dos empregadores, deverão ser realizadas durante as jornadas de trabalho, ou se fora dela, mediante o pagamento do período de sua duração, como horas extraordinárias.

24. LOCAIS PARA REUNIÕES: Quando solicitado, as empresas concederão um local apropriado em suas dependências, para a entidade Sindical Profissional realizar reuniões ou assembleias, desde que exista local adequado para tal.

25. QUADRO DE AVISOS: Será assegurada a colocação de quadro de avisos da e fixação de editais da categoria Profissional, no âmbito das empresas, vedada a publicação de qualquer matéria ofensiva ao empregador ou prejudicial as boas relações de trabalho, com visto da empresa.

26. ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL: Os dirigentes sindicais, no exercício de suas funções, terão acesso aos locais de trabalho para realização de atividades e entrega de boletins informativos desde que solicitados com antecedência mínima de 48 horas.

27. LICENÇA DE DIRETORES SINDICAIS: Serão liberados pelas empresas, os dirigentes da entidade sindical profissional, sem prejuízo da remuneração, até 20 (vinte) dias por ano entre todos, sendo no máximo 05 (cinco) dias consecutivos em um mês, para participar representando a categoria em reuniões assembleias, congressos, encontros de trabalhadores, desde que não venha em prejuízo de serviços essenciais das empresas e solicitado pela entidade sindical profissional, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

28. TROCA DE PLANTÕES: Fica assegurada a permissão de troca de até 03 (três), plantões mês com outro colega desde que tenha intervalo mínimo de 11 horas entre as jornadas e seja comunicado com antecedência a chefia do setor, sendo que as trocas deverão ser formalizadas por escrito, e assinadas pelos funcionários, a compensação deverá ocorrer dentro do mês.

29. SUBSTITUIÇÕES: As substituições de empregados por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, implicará no pagamento de salário igual ao daquele substituído, em favor do empregado substituído enquanto perdurar a substituição.

30. EMPREGADO MAIS NOVO NA EMPRESA: O empregador não pagará, ao empregado admitido, salário inferior ao do exercer-te da função anteriormente ocupada, despedido com ou sem justa causa, excluídas as vantagens pessoais.

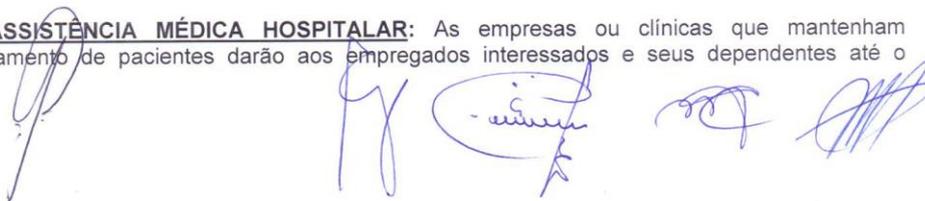
31. PRÉ-APOSENTADORIA: É vedada a dispensa sem justa causa dos empregados com 10 (dez) anos ou mais de serviço no mesmo estabelecimento, que estiver a menos de 2 (dois) anos de adquirir o direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

Parágrafo Único: Para fazer jus à estabilidade pré-aposentadoria o empregado deverá manifestar formalmente ao empregador, até o final do período de aviso-prévio, que no momento da rescisão contratual estava a menos de 2 (dois) anos de adquirir o direito à aposentadoria.

32. LICENÇAS ESPECIAIS REMUNERADAS: As empresas concederão licenças especiais remuneradas aos empregados a contar da data do fato, nas seguintes condições:

- a) - para casamento, 3 (três) dias consecutivos;
- b) - no caso de nascimento de filho, 5 (cinco) dias consecutivos;
- c) - por morte de cônjuge, pai, mãe, filho, irmão, avós 3 (três) dias consecutivos.

33. ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR: As empresas ou clínicas que mantenham internamento de pacientes darão aos empregados interessados e seus dependentes até o



primeiro grau, assistência hospitalar nos limites de suas capacidades, em acomodações privativas.

34. EXAMES MÉDICOS E LABORATORIAIS: Os exames médicos e laboratoriais exigidos pelas empresas e / ou lei, serão pagos na integralidade pelos empregadores. Tais exames deverão ocorrer periodicamente.

35. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS: Os atestados médicos e odontológicos, fornecidos por profissionais habilitados e registrados nos conselhos, serão aceitos pelos empregadores para todos os efeitos legais desde que entregue no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o afastamento. Se as empresas mantiverem serviços próprios de medicina do trabalho os empregados passarão obrigatoriamente pela avaliação do médico do trabalho das empresas, no prazo acima estabelecido.

36. ALIMENTAÇÃO AOS PLANTONISTAS: Os empregadores fornecerão as refeições gratuitamente, sendo de boa qualidade e quantidade, a todos os seus empregados plantonistas, nas jornadas de trabalho de 12 horas.

Parágrafo Único: Caso a empresa tenha implantado o programa do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), e beneficiar todos os funcionários da mesma, neste caso prevalece o programa.

37. AUXÍLIO CRECHE: As empregadas receberão dos empregadores, a título de auxílio creche, 5% (cinco por cento) do salário normativo durante o primeiro ano de vida seu filho, desde que inexistir creche própria da instituição ou via convênio.

38. BANCO DE HORAS: A implantação do banco de horas será feita, por estabelecimento, havendo interesse dos trabalhadores e empregadores, mediante acordo coletivo.

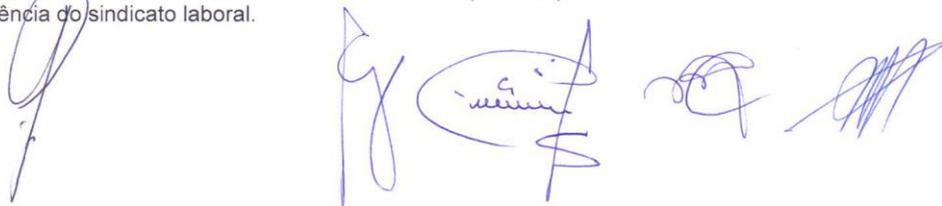
Parágrafo Único: A entidade sindical profissional ao receber o pedido da instituição do banco de horas, realizará a assembleia com os empregados do estabelecimento de saúde interessado, no prazo máximo de 45 dias.

39. DESCONTO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS A ENTIDADE SINDICAL PROFISSIONAL: As empresas descontarão em folha de pagamento de todos os seus empregados associados ao sindicato da categoria profissional, as contribuições legais e mensalidades devidas à entidade Sindical Profissional, desde que autorizadas diretamente pelos empregados, podendo a "ficha de sócio" servir como autorização para o desconto.

40. SUSPENSÃO DO CONTRATO: O período correspondente aos contratos de experiência, assim como os avisos prévios, ficarão suspensos na hipótese de concessão do benefício previdenciário, completando o tempo nele previsto após a cessação do benefício.

41. DISPENSA DO AVISO PRÉVIO: Os empregados pré-avisados pelas empresas serão dispensados do cumprimento do restante do prazo do respectivo aviso prévio, mediante a comprovação de que obteve um novo emprego. Os pagamentos das verbas rescisórias e dos salários deverão ser efetuados até dez dias após a cessação do trabalho.

42. HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES: As rescisões de contrato de trabalho dos trabalhadores serão realizadas no âmbito das empresas, podendo o trabalhador solicitar a assistência do sindicato laboral.



43. ABRANGÊNCIA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO: A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá todos os empregadores e empregados das categorias econômicas e profissionais.

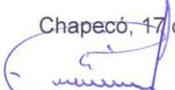
44. PONTO ELETRÔNICO: Conforme previsão da Portaria nº 373 de 25/02/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas poderão adotar sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, sendo dispensada a impressão obrigatória do Registro Eletrônico de Ponto (SREP), estabelecidos pela Portaria nº 1510 de 21/08/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego.

45. REGRA PARA O PERÍODO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA: Na hipótese da negociação coletiva avançar a data base da categoria, ficam prorrogadas as disposições convencionais do presente instrumento normativo até a assinatura da nova Convenção Coletiva de Trabalho.

46. VIGÊNCIA: A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 1.º de Abril de 2019 até 31 de Março de 2020 para as cláusulas econômicas (reajuste salarial e salário normativo) e até 31 de março de 2021 para as cláusulas sociais.

E por estarem justos e acordados, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em três vias de igual teor, a serem submetidas ao registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

Chapecó, 17 de fevereiro de 2020


FABIO RAMOS NUNES FERNANDES

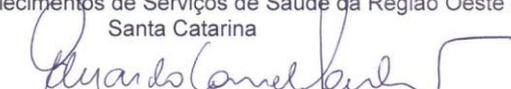
Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Chapecó e Região.


MARIA SALETE CROSS

Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina


SILVIO MOCELIN

Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde da Região Oeste do Estado de Santa Catarina


EDUARDO COMELI GOULART

Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anatomopatologia no Estado de Santa Catarina.


GIOVANI NASCIMENTO

Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do estado de Santa Catarina